

# Desenvolvimento e subdesenvolvimento sob a perspectiva das relações internacionais

ARTUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ

Professor da Universidade Federal de  
Minas Gerais

Nosso propósito é o de refletir sobre idéias relativas aos problemas contemporâneos. Ora, entre temas atuais, desenvolvimento e subdesenvolvimento se situam em primeiro plano. Tais problemas explicam a origem dos conflitos contemporâneos, as guerras travadas no seio dos blocos capitalista e socialista, enfim, a busca apaixonada por um caminho que seja o encontro da viabilidade da paz.

Durante rápida revista, temas comuns foram tratados, a saber: o Estado, o poder, a política, utilizando-nos da temática das relações internacionais em seu estudo de conflitos, sistemas e relações de poder.

Juntamente com as relações internacionais, encontram-se no Direito Internacional do desenvolvimento conceitos de desenvolvimento sob aspecto histórico. De certo modo, desenvolvimento está associado à revolução industrial e à ideologia do século XIX, a ideologia do progresso contínuo, dos recursos inesgotáveis, do otimismo com referência ao aperfeiçoamento linear do ser humano. Tais ideais desaparecem, aos poucos, com o traumatismo de duas guerras mundiais. A ideologia do progresso contínuo pode ser, entre muitos outros fatores, associada à excessiva especialização em "problemas europeus" durante o último século. Para a maioria dos bem pensantes, a Europa, reduzida comunidade européia, era o centro definitivo do saber e dos destinos de todos os continentes. Daí a crítica que se tem feito ao direito internacional público, como sendo "eurocêntrico" e desconhecer os problemas específicos dos outros continentes. Essa permanência de um quadro de valores europeus, isto é, ótica de supremacia da raça branca, da excelência do capitalismo como solução para

os problemas econômicos, o procedimento social baseado em relações metrópole/colônia ainda permanece em muitos aspectos das relações internacionais, principalmente numa análise do "inconsciente" dessa cultura metropolitana.

A segunda etapa do significado de "desenvolvimento", já após os desastres de duas guerras mundiais, estará intimamente associada à **pobreza das nações**. Convém insistir na grandeza dos trabalhos realizados pelas agências especializadas das Nações Unidas para eliminar a fantasia da idéia dos recursos ilimitados do planeta e o levantamento de dados da pobreza das nações. Entretanto, alguns resquícios da riqueza inesgotável se fazem sentir. Por exemplo, a idéia de um "direito do mar" sendo **res communis omnium**, o vocábulo **omnium** devendo ser compreendido como sendo **de todos os poderosos** e cientificamente capazes. A idéia da liberdade e fertilidade perene dos oceanos integra a velha ideologia do progresso linear. Em relações internacionais, caracterizou-se o funcionamento da ajuda bilateral, os antigos colonizadores envolvidos em problemas de ajuda econômica das antigas colônias, ignorando capítulos da pithagem secular.

Numa terceira etapa da idéia de desenvolvimento, da década de 60 aos nossos dias, houve mudança significativa no ato de se formular desenvolvimento. Com a derrocada do programa da aliança para o progresso, a idéia paternalista de os Estados ajudarem os menos favorecidos é descartada em virtude de maior realismo nas relações internacionais. Concebemos, atualmente, desenvolvimento "centrado", onde os Estados pobres contam com os próprios recursos e devem restaurar sua própria identidade cultural, em termos de sobrevivência.

O desequilíbrio dos Estados encontra-se analisado por inúmeros autores contemporâneos. Para nos colocarmos numa perspectiva maior, de onde possamos compreender a complexidade das implicações, uma análise mais ampla deve ser feita, em termos de abstração. A visão de TEILHARD DE CHARDIN é, no caso, providencial. Hoje, "por efeito de rápida destruição do equilíbrio, cuja ocorrência não sentimos, começamos a perceber que o homem-individual tornou-se, por um lado, o subordinado de sua obra. Não somente a máquina, o campo, o ouro, mas órgãos anteriormente considerados como simplesmente de luxo, ou de pura curiosidade (tais os meios de circulação rápida, laboratórios de pesquisa), tornaram-se espécie de coisas autônomas, dotadas de vida exigente e ilimitada. O mais inquietante (o único aspecto inquietante) é que esta proliferação faz-se sem ordem, ao modo de um tecido pululando a ponto de abafar, sob o seu neoplasma, o organismo do qual nasceu. A crise é manifesta sob o ponto de vista econômico e industrial. Mas grassa nas zonas intelectuais e afeta a massa humana. Ferro excessivo, trigo excessivo, observações excessivas; e o mesmo exagero de diplomas, de técnicos, de manufaturas; o mesmo exagero de filhos. O mundo não pode funcionar sem produzir viveres, alimentos, idéias. Mas sua produção ultrapassa, cada vez de modo mais evidente, seu poder de consumir e assimilar. E aí, como no caso do amor, o que significa este excesso tão estranho? O mundo, ao crescer, es-

teria condenado a morrer automaticamente, sufocado sob o excesso de seu peso?

Não, absolutamente, respondemos: mas está em vias de organizar em si os elementos de um corpo superior e novo. Toda a questão, nesta crise de crescimento e nascimento, é que de modo rápido emerge a alma que, por sua aparição, virá organizar, aliviar, vitalizar este montão de matéria estagnante e confusa. Ora, esta alma, se ela existe, não poderá ser senão a **conspiração** dos indivíduos que se associam para **levantar um novo andar no edifício da vida**. Os recursos de que dispomos, hoje, os poderes que desencadeamos não poderiam ser absorvidos pelo estreito sistema de quadros individuais ou nacionais de que se serviram até hoje os arquitetos da terra humana. Nosso plano era o de construir uma grande casa, mais vasta, mas similar, pelo desenho, às velhas habitações" (1).

Na visão profética de TEILHARD DE CHARDIN, a metamorfose segue suas fases em observância a uma vocação cósmica. Convém nos lembrarmos de que sua perspectiva deve ser calculada não em termos de uma, várias existências humanas, mas em termos cíclicos. As formas de mudança política buscadas pela análise das *relações internacionais possuem urgência classificatória e eficácia imediata*. Assim, na análise do poder do Estado, convém notar que este deixou de ser o princípio catalisador da atividade política, para se converter em parte de um todo — os **blocos do poder — monolitos**. GABRIEL MARCEL analisa com proficiência essa *passagem do Estado a um estado de desequilíbrio, sua face desmesurada sendo a mais visível*. Acusa uma neutralização do passado tendo como consequência o efeito de nos instilar a sensação, hoje, de estarmos insulados no tempo. Com habilidade e sensibilidade sugere a restauração da *perdida unidade da visão poética e criatividade filosófica de que os filósofos pré-socráticos nos constituem o primeiro exemplo*. GABRIEL MARCEL restaura, em termos de revigoração do presente, a fertilidade de se meditar sobre o passado. E vê no Estado o único organismo possuindo condições econômicas suficientes para financiar os laboratórios gigantescos de física aplicada e pesquisada. Por outro lado, *vai enxergar no mesmo Estado o grande leviatã*, que, exatamente por exigir um poderio econômico cada vez maior, ao dirigir seus esforços de crescimento, entra a competir com seus rivais. E o crescente controle, por parte do Estado, de toda a pesquisa técnico-científica de nossos dias é uma das grandes calamidades de nossa era (2).

GABRIEL MARCEL nos descreve a atitude humana que, incapaz de desempenhar certas tarefas, vai conferi-las ao Estado e este, usado e contraditoriamente concebido, torna-se o símbolo da impotência sob o disfarce do poder absoluto. Sentimos a percepção contraditória, em nossos dias, pelas aventuras e desventuras da *segurança nacional, o controle, a censura, ao lado de uma economia estatal, o "welfare State"* serem os objetivos daqueles mesmos que criticam o excessivo arbítrio do Estado. Viamos entre Scyla dos desmandos do Estado capitalista e Caribdes da monstruosidade do Estado comunista.

( 1 ) CHARDIN, Pierre Teilhard de — *L'Énergie Humaine*. Paris, 1962, p. 46.

( 2 ) MARCEL, Gabriel — *Man Against Mass Society*. Chicago, Gateway, 1962, *passim*.

Um teólogo de nossos dias, JOSEPH COMBLIN, coloca de modo dramático a situação dos grandes blocos de poder. Pois "já se falava, há quinze anos, do **terceiro mundo**. Foi a época de Bandung (1955). Hoje, não existe mais o terceiro mundo. Foi definitivamente enterrado nas areias do deserto do Sinai em 1967. Não existe senão um mundo verdadeiramente: é o mundo ocidental, o mundo dos Estados Unidos da América. Mundo dos Estados Unidos e de seus satélites da Europa ocidental e da Comunidade Britânica, o **império americano**. Neste mundo, há os que progridem e dominam. Os americanos, antes de tudo. O pouso dos americanos na Lua é o sinal manifesto de sua superioridade radical e de sua liderança absoluta exercidas sobre o resto do mundo, se bem que seu poder ainda não tenha atingido o apogeu. Em face, há os que marcam passo e são dominados. Eram denominados, há dez anos, por países em desenvolvimento. Constatou-se, hoje, que se trata de países em subdesenvolvimento. Porque os países em desenvolvimento são os Estados Unidos e os que marcham em sua trilha. Os outros estão em processo de subdesenvolvimento, porque o desenvolvimento de uns se paga com o subdesenvolvimento dos outros. Com referência ao segundo mundo, o mundo comunista, este foi eliminado da corrida. Para os Estados Unidos não se constitui mais num rival sério. Perdeu a corrida. Mas, custa-lhe reconhecer. Oscila o mundo comunista entre a ilusão de liderar as nações proletárias e a de alcançar o mundo capitalista, no plano de potência econômica. Mas não consegue nem uma coisa e nem outra. É um signo de ambigüidade à margem do mundo que avança" (3).

Convém, entretanto, examinar, de modo bem rápido, a história dos países desenvolvidos. Os confrontos atuais possuem raízes profundas. Numa análise clara, VERNON vai comentar que "se se recua de um século ou pouco mais, chama-nos sobremodo a atenção a rapidez pela qual a Europa reconheceu os Estados Unidos como poder industrial em potencial. Em meio ao século XIX, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França já possuíam uma longa tradição industrial. Esta se fundava, em grande parte, na expansão dos pequenos artesanatos; se existiam grandes fábricas, tratava-se, em geral, da reunião dos artesanatos numerosos sob um mesmo teto... Os Estados Unidos iniciaram seu processo industrial com certo atraso... Por outro lado, tratava-se muito mais de amadores inspirados do que de sábios investigando novos engenhos; JEFFERSON e DA VINCI, por exemplo, teriam tido grande sucesso nesta ocasião... Mas os investimentos americanos nos países em desenvolvimento se ligam, também, a elementos específicos: o **poder coercitivo do Estado** (grifo meu) é um destes elementos" (4).

Numa posição contrária à de COMBLIN, mas possuindo lógica irrefutável, J. BERQUE chega "a esta proposta que submeto à vossa crítica: não existem atualmente países subdesenvolvidos, existem países subbanalizados... Faltam-nos, à hora atual, com referência ao fenômeno da descolonização, tanto teorias do interior que sejam adequadas, específicas, a estes países, quanto teorias do exterior que percebam o movimento destes

(3) COMBLIN, Joseph — *Théologie de la Révolution*. Paris, Ed. Universitaires, 1970. Introd.

(4) VERNON, Raymond — *Les Entreprises Multinationales. (Sovereignty at Bay)*. Paris, Calmann-Lévy 1973, p. 130.

países no conjunto mundial, do deslocamento mundial para o qual contribuíram... É necessária uma teoria do século XX que leve em conta esse fenômeno planetário. E é além, isto é, passando além da civilização industrial que creio ter podido situar a solução de alguns de nossos problemas" (5).

BERQUE nos alerta para vários aspectos dessa análise. A liberação das culturas denominadas "primitivas", conseqüentemente, recalçadas e, no entanto, da maior significação para uma resposta à angústia do presente. Uma **ocidentalização**, embora superficial, do mundo, trazendo em seu bojo uma reação que trouxe o reforço do conceito **nacional** em contraposição ao **mundial** (entenda-se **ocidental**). E quando se fala no processo de **ocidentalização**, estamos fatalmente associando-nos à fase de industrialização, característica da Europa nos dois últimos séculos. KENNETH BOULDING, em sua **Análise do Século XX**, insiste no fato de que a transição para uma sociedade desenvolvida é muito mais do que simples desenvolvimento econômico.

É vasto processo a envolver mudanças na personalidade humana, no saber humano, em todas as instituições sociais, tais como, entre outras, a família, a Igreja. Mas o desenvolvimento econômico ainda constitui-se num pré-requisito essencial e talvez seja o mais importante. BOULDING fala numa "receita" que, a seus olhos, é muito simples: consiste no **devotamento de razoável proporção dos recursos de uma sociedade para o próprio processo encarado como sendo o do desenvolvimento, o conceito-chave sendo a ênfase no crescimento industrial**. Embora um pouco simplista, sua análise alerta-nos para o processo importante da **acumulação do saber tecnológico, o enriquecimento das novas organizações em termos de experiência acumulada, processo indo muito além de simples reposição de peças usadas do sistema industrial** (6).

TIBOR MENDE se contrapõe à receita de BOULDING. Com efeito, o levantamento dos dados para o desenvolvimento não oferece nenhuma dificuldade: "Alimentação conveniente, abrigo fornecendo mínimo de proteção e conforto, ocupação que faça todos se sentirem produtivos e úteis. Tais são os elementos que seriam aceitos unanimemente. Podemos acrescentar, sem dúvida alguma, educação e saúde. Nem seria quimérico declarar que a satisfação dessas necessidades essenciais deveria ser o ponto de partida para todo plano realista de desenvolvimento. Na verdade, **todo esforço sério em se dirigirem as prioridades econômicas de um país subdesenvolvido na consecução destes objetivos desencadearia, na maioria dos casos, comoções revolucionárias, tornando-se quase impossível serem, assim, tais objetivos promovidos por meios pacíficos**" (7).

A abordagem de TIBOR MENDE é realista e é o resultado de anos de vivência em regiões pobres, nos **porões da humanidade**, segundo a expressão do grande teólogo contemporâneo Frei CARLOS MESTERS (8).

(5) BERQUE, J. — *L'Orient et l'Avènement de la Valeur Monde Esprit*. Paris, set. 1970, pp. 325-35.

(6) BOULDING, Kenneth E. *The Meaning of the Twentieth Century*. New York, Harper & Row, 1964, p. 105.

(7) MENDE, Tibor — *De l'Aide à la Recolonisation — Les Leçons d'un échec*. Paris, Seuil, 1972, p. 206.

(8) MESTERS, Carlos — *Sets Dias nos Porões da Humanidade*. Petrópolis, Vozes, 1977.

As perguntas devem ser feitas a partir de uma própria estrutura de racionalidade (ou irracionalidade) humana. MARITAIN trata, serenamente, do aspecto mais difícil, do aspecto de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que são os grandes capítulos da política contemporânea. Em relações internacionais, até então, discutir e historiar regimes políticos, observar o funcionamento dos vários sistemas foram tarefa razoavelmente exequível. Mas, estabelecer qual seja a essência e o conteúdo político, elementos indispensáveis para continuar nossa análise, e o estabelecimento do **problema dos meios** são elementos de grande complexidade. Sua visão é bem clara: "é muito difícil para o animal racional submeter sua própria existência ao parâmetro da razão. Isto é difícilíssimo em nossas vidas individuais. E é terrível e quase insuperavelmente difícil na vida do corpo político. No que concerne à organização racional da vida coletiva e política, estamos ainda na idade pré-histórica" (9).

MARITAIN aponta dois modos de encarar a ação política. O modo técnico ou artístico, por meios exteriores ao homem. Trata-se, assim, da racionalização técnica. Daí o grande conflito atual em todos os países em desenvolvimento. Sofrem da excessiva tecnicidade dos programas de desenvolvimento em que a **vocação** de um povo, resultante de sua cultura, muitas vezes, milenar, é totalmente ignorada. O centro das preocupações reside em certo **orgulho** nacional em possuir construções ciclópicas. A raiz do desenvolvimento, tal como é hoje compreendido, jaz perigoso desejo competitivo. O que interessa é a grandeza física das obras nacionais. Muitos programas de construções não possuem a menor racionalidade. A ênfase no aspecto técnico-artístico abafa as reais necessidades. O segundo aspecto de se encarar a ação política é o da **racionalização moral**. E é justamente pelo estudo da racionalidade moral, em termos do governo justo, em termos de legitimidade, que se pode, talvez, criar uma verdadeira humanidade. Pois, "com as nações, os Estados e as civilizações, achamo-nos na ordem da natureza, onde a mortalidade é natural, onde a vida e a morte dependem tanto de causas físicas quanto de causas morais. Digo que a justiça trabalha por sua causalidade própria no sentido da prosperidade e do sucesso no futuro, como a boa seiva trabalha para o fruto perfeito, e que o maquiavelismo, por sua causalidade própria, trabalha para a ruína e a falência, como o veneno na seiva trabalha para a doença e a morte da árvore" (MARITAIN, *op. cit.*, p. 51).

MARITAIN coloca a questão do sucesso imediato em julgamento. Com lucidez pergunta pelo tempo que pode durar um Estado e sua potência, que se torna cada vez mais um gigante no que concerne às forças exteriores ou técnicas, mas cada vez mais um anão em termos de forças interiores, humanas e verdadeiramente vitais. Cumprirá, durante algumas gerações, a tarefa que lhe é proposta ou imposta, mas duvida que suas raízes se abeberem na duração histórica das nações. A arrogância do 3º "Reich", que deveria durar mil anos, as contradições agudas vividas pelos atuais superpoderes se enquadram perfeitamente sob essa perspectiva, que é a reflexão da racionalidade moral. Em relações internacionais,

(9) MARITAIN, Jacques — *L'Homme et l'État*. Paris, P.U.F., 1953, p. 50.

o estudo da legitimidade constitui um capítulo subseqüente à análise do poder político.

Atualmente, a crença no modelo unitário de desenvolvimento encontra cada vez menos adeptos. Entre outras razões, a experiência vivida nas duas guerras e sua reflexão feita a níveis profundos de experiência humana, o acervo atual do conhecimento histórico demonstram a infinidade de culturas, sua fugacidade e fragilidade. Por que seríamos diferentes? O desenvolvimento tecnológico tende a inspirar às culturas de inúmeros Estados, principalmente nos continentes africano e asiático, uma revisão de conceitos de progresso. O tempo é chegado de se examinar com profundidade a realidade do homem, do espírito humano, como sendo o foco de todo conceito de mudança. GINSBERG chama atenção para o fato único do fenômeno humano. Alerta para as fontes do pensamento contemporâneo, que foram descritas e analisadas por KANT e HEGEL, em sínteses geniais, a inspirar a ação política contemporânea. KANT cita a sociabilidade insocial do homem (*die ungesellige Geselligkeit des Menschen*). A contribuição de MARX para a análise do continente econômico que descobriu, aliada à exploração de FREUD da psique humana, pesquisas estruturalistas, todo esse material vastíssimo, à espera de uma síntese, de nova *summa* para nosso final de século e fim de milênio. GINSBERG condiciona a idéia de desenvolvimento ao que denomina "crescimento da racionalidade" <sup>(10)</sup>, reflexão de certo modo ligada à do século XVIII. A função da razão é o preparo da unidade de integração pela descoberta das relações entre aquilo que se experimentou ou se pensou. O esforço dirigido para a unidade está enraizado em tendências mais profundas do que o nível que as tornaria sujeitas a textos racionais, assim como exemplo as etapas da criação artística, a busca religiosa e a descoberta científica. GINSBERG sugere a metafísica da psicologia, algo como metapsicologia citando quatro pontos de interesse, a saber: o primeiro sendo o julgamento da percepção pela ruptura do fluxo da experiência (convém evocarmos a redução fenomenológica descrita por HUSSERL); o segundo seria a habilidade em se concatenar referências; o terceiro, o poder de idealização; e, finalmente, o quarto seria o poder de se formarem conceitos. O desenvolvimento abarcaria o significado de crescimento orgânico, correlato, diferente de simples acréscimo ou acumulação. Existe desenvolvimento quando mudanças numa parte induzem mudanças em outras partes, e o sistema, como um todo, mantendo sua continuidade através da mudança. O movimento acima descrito não vai implicar tendências dirigidas a um objetivo colimado, o que liberta GINSBERG de um conceito escatológico. O que acontecerá é indeterminado. A história do conhecimento possui suas surpresas, e o futuro permanece, por largo trecho, aberto e imprevisível. Convém ajuntar dois critérios que dirigiriam a análise: o da sistematização do crescimento de uma coerência e o apuramento de nossos instrumentos de percepção. Numa análise histórica, do mundo contemporâneo, um "avanço radical" foi feito no sentido de maior controle do meio ambiente e interrogação sistemática da natureza. Convém notar que nem sempre adiantamento do saber corresponde

(10) GINSBERG, A. — "The growth of rationality." In: ARON & HOSELITZ, B. — *Le Développement Social*. Paris, ed. Mouton UNESCO, 1955.

a progresso industrial. Os exemplos podem ser buscados na pesquisa do fenômeno grego, da idéia romana de instituição. O que nos coloca em condições para uma análise do presente é descrito como cinco princípios de avaliação oferecidos por GINSBERG: a) a emergência de uma atitude moral distinta, sendo o reconhecimento dos valores e obrigações interligado a sanções externas e independentes; b) o princípio de universalidade, crescente; c) compreensão de necessidade dos valores; d) a coerência no ato de se sistematizarem julgamentos morais, sendo, por exemplo, o caso das Declarações de Direitos Humanos que estejam também refletidas nas Constituições dos vários Estados e mais, que sejam parte da práxis cotidiana dos mesmos; e, finalmente, e) a expansão de uma autocrítica, uma autodireção explicitando em investigações imparciais, até mesmo no sentido de uma política governamental. Tais pontos podem e devem ser observados sob uma perspectiva histórica. Entretanto, podem e devem ser utilizados na avaliação dos sistemas internacionais contemporâneos e auxiliam o exame dos sistemas feito sob métodos das relações internacionais.

Além dessa necessária propedêutica filosófica ao desenvolvimento, que seja este considerado sob o aspecto econômico. Ao explicar o desenvolvimento sob o ponto de vista da economia, FRANÇOIS PERROUX oferece linha de conduta para as relações internacionais ao dispor que, para se alcançar o objetivo do desenvolvimento, a grande empresa ou a indústria terá que reinvestir no local parte de seus lucros, além de contribuir para o desenvolvimento técnico e urbano. As regiões de crescimento e desenvolvimento acelerados deveriam (e não é o que acontece) auxiliar as regiões menos favorecidas. Os Estados ocidentais e as repúblicas africanas deveriam (e não é o que acontece) auxiliar as regiões menos favorecidas. Deveriam elaborar planos de infra-estrutura e comunicações comuns a vários territórios. Quanto mais vastos e organizados são os conjuntos plurinacionais de economias **desenvolvidas**, tanto maiores serão os montantes de investimento eficiente, a quantidade de informação técnica útil comunicada e a dimensão da procura e da oferta globais, bem como seu incremento. Se a **economia do desenvolvimento** fosse compreendida e desejada em oposição às doutrinas, concorrentes ou conjugadas, da luta de nações e de classes, o esquema delineado constituiria a base de uma política de **desenvolvimento recíproco**.

O mundo "é vasto e a sua revolução econômica não se realiza em função da estrita dialética das classes nem da estrita dialética das nações. Da economia da avareza emerge — apesar de resistências e argúcias — uma economia para os homens" (11).

Para FRANÇOIS PERROUX, hoje, nenhuma nação pode oficialmente defender e praticar abertamente a economia da avareza. Reduzida a seus recursos e aos processos econômicos habituais, nenhuma nação possui os meios necessários para o pleno florescimento da economia para os homens. O ilustre economista francês divisoou nas inovações supranacionais (muito mais as agências intergovernamentais e as agências especia-

(11) PERROUX, François — *A Economia do Século XX*.

lizadas das Nações Unidas do que as firmas transnacionais que praticam a economia da avareza) novas combinações de grandezas que, possuindo recursos à escala de várias nações, prometem o acréscimo do produto real global que possibilitaria ao Estado nacional pagar o que deve ao homem.

PERROUX vê no homem “um credor, cujos títulos a economia desprezava; apresenta-os, agora, à empresa, à indústria e à nação. A solução não será bloquear as economias nacionais socializando-as e fortificando-as no interior das fronteiras. Reside numa organização supranacional e numa internacionalização de economias que permaneçam flexíveis, elásticas e abertas em face umas das outras” (**A Economia do Século XX**). Convém assinalar também a consciência crescente do bem-estar, fruto das conquistas da maior revolução tecnológica da História. As influências transcendem as fronteiras. Hoje, “os limites simbólicos das pátrias são, economicamente, inofensivos. Mesmo no período neomercantilista as fronteiras econômicas dos Estados nacionais são, em parte, ilusórias. Os pontos ou perímetros da influência exercida pelos pólos econômicos não coincidem com as fronteiras do Estado nacional” (PERROUX, *passim*). Ao tratar do espaço econômico, na sua obra fundamental, **A Economia do Século XX**, PERROUX possui páginas antológicas:

“O espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos (não falamos, nota-se bem, do plano econômico da nação, o que reconduziria inoportunamente ao **grande indivíduo**)... A internacionalização destes espaços não consiste, portanto, numa redistribuição de espaços nacionais; consiste em tornar tanto quanto possível **compatíveis** os planos econômicos dos governos e dos indivíduos... Sendo o espaço econômico, por outro lado, **um campo de forças**, a nação apresenta-se quer como ponto de passagem de tais forças, quer como um conjunto de centros ou pólos dos quais dimanam e aos quais se dirigem algumas delas” (**A Economia do Século XX, passim**).

PERROUX analisa a ação das transnacionais: devem ser muito mais compreendidas sob o aspecto da concorrência monopolística de economia dominante do que o novo perfil da economia proposto por sua obra. A idéia de “custo do homem” é “a eliminação do escândalo da morte e da lenta destruição de milhões e milhões de homens num planeta em que os agrupamentos nacionais e as classes sociais defendem avidamente os seus níveis de vida próprios. Parece-nos que, enquanto este escândalo não for abordado de frente, a ciência econômica será uma miserável receita do enriquecimento de alguns. É impressionante o fracasso prático das investigações sobre a definição da economia do bem-estar (economics of welfare); quase todos os estudos modernos se desenvolvem como se o quadro do cálculo da utilidade coletiva fosse inevitavelmente a nação. Parece perfeitamente utópico levantar a irritante questão de se adotar outro quadro. Simplesmente, os acontecimentos encarregam-se atualmente de demonstrar aos homens brancos e aos europeus ainda conscientes que a humanidade não se reduz à raça branca e nem à Europa. PERROUX,

com lucidez profética, adverte que a **recusa**, por parte da ciência oficial de ultrapassar o ponto de vista das classes e nações possuidoras será ainda durante muito tempo saudada como atitude inteligente e sã. A divisão do mundo em nações é conseqüência duma infinidade de variáveis históricas em épocas em que as palavras incluindo a "economia para o homem" não tinham significado inteligível. "Irresistíveis e irrecusáveis, os custos do homem são duma extensão e duma urgência de tal ordem que só podem ser cobertos, sem intermitências insuportáveis, por uma inovação supranacional maciça e imediata" (*op. cit.*, p. 383).

Mesmo sob a perspectiva duma análise exclusivamente econômica do conceito de desenvolvimento, convém anotar o correto postulado emitido por PERROUX: "A única obra coletiva susceptível de ser economicamente definida é a eliminação de toda e qualquer destruição de seres e coisas cuja utilização possa ser útil à totalidade dos homens. Traduzindo-a em termos positivos: existe **uma** ideologia econômica e uma só, que consiste no pleno emprego à escala mundial de todos os recursos materiais e humanos, prosseguindo no intuito de fornecer a cada qual as condições materiais julgadas necessárias pela ciência à sua plena expansão" (*op. cit.*, p. 187). A perspicácia do grande economista reside em sua habilidade em distinguir os focos de tensões que, hoje, se tornaram insuportáveis por falta do comprometimento da ciência econômica contemporânea com a idéia central que deveria reger toda pesquisa orientada em economia: o custo do homem.

PERROUX propõe certo tipo de descolonização baseado na participação efetiva dos países periféricos em verdadeiro modelo de industrialização. Lamentavelmente os modelos vigentes de industrialização constituem-se em transferência de tecnologias obsoletas e a preços incalculáveis para o território das antigas colônias. Essa crítica à atitude dos países industrializados já foi analisada de modo esquemático por IGNACY SACHS<sup>(12)</sup> ao caracterizar a atitude maniqueísta dos teóricos de problemas de desenvolvimento que se baseavam numa visão retilínea, mecanicista e repetitiva da História. Chegaram a ignorar os componentes culturais, sociais, tradicionais, psicológicos dos fatores do processo de desenvolvimento.

Posição análoga à de SACHS é a de RENÉ DUMONT<sup>(13)</sup> ao criticar a ineficácia de qualquer movimento internacional baseado em mecanismos tais como a simples sustentação dos preços (o que já seria algo, pois a deterioração dos meios de troca atingiu níveis destruidores da economia dos países em desenvolvimento). A mudança proposta por RENÉ DUMONT consiste numa nova perspectiva de compra por parte dos países ricos, a níveis privilegiados, dos produtos agrícolas dos países pobres. Entretanto, o balanço dessa atitude é negativo, pois a nova arma do final do século é exatamente a ameaça dos Estados ricos: "agrobusiness" ou "corporate food", em que o espectro da fome é agitado como

(12) SACHS, Ignacy — "The logic of development" — *International Social Science Journal*, Paris, Unesco n.º 1, 1972.

(13) DUMONT, René & MAZOYER, M. — *Développement et Socialisme*. Paris, Seuil, 1969.

pacificador das revoltas legítimas dos desesperados da terra. A análise de SACHS é original em sua perspectiva de que os países pobres possuem as condições ideais para o implante imediato, eficaz e produtivo de todo o modelo do Estado do bem-estar” (welfare State), Estado providência, justamente em virtude das características da própria dinâmica dos poderes constituídos no interior dos diversos Estados. Seriam fórmulas originais, aplicadas com o auxílio de equipamentos sumários e pessoal numeroso, dada a riqueza da mão-de-obra. Entretanto, tais “receitas” continuam em arquivos mortos. TIBOR MENDE insiste no ato urgente de se reverem os conceitos de ajuda tendo em vista uma verdadeira política internacional do desenvolvimento. SACHS considera a crise estrutural da divisão internacional do trabalho como sendo o objetivo proposto por uma nova política internacional do desenvolvimento. Acusa a má fé dos Estados ricos na totalidade das assembleias do CNUCED (UNCTAD) ao insistirem no princípio de uma economia liberal “livre-cambista” (14), além de denunciar o escoamento dos ganhos de centenas de empresas, filiais, que deixam os vários países sob formas várias de pagamentos para serviços e custos fictícios. O cálculo do lucro líquido para SACHS deveria ser objeto de estudos especializados e sobretudo realistas. Em SACHS encontra-se também uma crítica do modelo dualista do desenvolvimento.

Antes, era conveniente insistir-se na irracionalidade do comportamento econômico dos habitantes do setor tradicional, o que justificava a tutela por parte de setores modernos. Tal tendência foi logo abandonada quando as condições políticas se modificaram e as pesquisas da antropologia econômica esclareceram os critérios mutáveis daquilo que era aceito como sendo racionalidade econômica, critérios vários segundo os contextos sócio-culturais diversos.

Será necessário demonstrar a unidade da economia do subdesenvolvimento e, no interior deste sistema, o jogo dos subsistemas. O aspecto integral de uma economia que é subdividida em desenvolvida e em subdesenvolvida demonstra que desenvolvimento e subdesenvolvimento são componentes de um mesmo todo.

JACQUES MARITAIN analisa o conjunto a nível político. Para ele, o problema enfrentado pela primeira geração do segundo armistício e a primeira geração da idade atômica é a mais antiga de todas as questões políticas. Como encontrar um governo para uma comunidade que não o possui, mesmo se cada fração desta comunidade já está sob um governo? Este problema foi resolvido pelas tribos que se fundiram para formar uma aldeia, pelas aldeias que se uniram para formar cidades-Estados como as da Itália da Renascença, pelas cidades-Estados que se unificaram para formar impérios ou para formar Estados-nações soberanos. Agora são os Estados-nações, não mais aldeias, que se constituem em frações governadas por uma comunidade sem governo. O que existe de terrivelmente novo é que, desta vez, a comunidade é a **dimensão do mundo**, reunida pelo e no mesmo destino, para o bem ou para o mal, pela ciência moderna, a tecnologia e as necessidades gritantes da moderna indústria.

(14) SACHS, Ignacy — *La Découverte du Tiers Monde*. Paris, Flammarion, 1971.

Os Estados do terceiro mundo podem ser considerados, como A. SAUVY os descreveu, análogos ao "Tiers État" da Monarquia francesa, que era o povo. Insistência de todos os autores para uma liberação do maniqueísmo político-econômico, mas não tão ortodoxo assim, pois, "em outubro de 1973, por ocasião do embargo do petróleo imposto pelos árabes, aliados dos soviéticos, estes forneceram petróleo a Rotterdam. No curso de uma greve de mineiros, na Espanha de Franco, a União Soviética forneceu carvão à Espanha" (15). Mais recentemente, numa análise publicada no *Le Monde Diplomatique* (16), POULANTZAS denunciou a grave crise da vida política de nossos dias. A administração, isto é, a burocracia do Estado, arrebatou dos partidos políticos os processos de legitimizar o Estado. Compara semelhante processo àquele que faz com que os grandes centros promotores da ideologia, que eram tradicionalmente a escola e a universidade, se desloquem para os grandes órgãos de informação.

Para POULANTZAS a administração é o principal organizador político, o partido real e efetivo das classes dominantes, destinado também a assimilar as massas. O papel da ideologia da empresa transnacional é importante. Na administração as decisões são tomadas a nível executivo. O Executivo já tendo, há muito, eliminado o poder decisório de outros Poderes, vai ser mero executor das políticas adotadas pela administração. Assistimos à mutação da soberania popular em soberania estatal. MARI-TAIN comentou o perigo dessa ordem política alienada, antinatural, pois "enquanto uma sociedade política pluralista em escala mundial não tiver sido estabelecida, os corpos políticos particulares, modelados pela história (as nações), "permanecem como se unidades políticas que se realizam legitimamente" (17).

Ainda estamos longe do "ordenamento político do mundo" (*aménagement politique du monde*). Entretanto, aceitas as esferas de influência, as dominações explícitas, as lideranças, por que não tratar de aliviar a miséria insuportável de milhares de seres humanos, de milhões de pessoas? Já seria um primeiro passo. A idéia do Estado, concebida de modo radical e monolítico, impede ainda a realização prática. Os grupos de pressão, as estruturas tradicionais de poder temem o enfraquecimento da idéia de Estado, o que colocaria bem visível sua atitude de domínio, proveitos advindos desse conjunto tradicional de lideranças. Na idéia de desenvolvimento será conveniente incluir as tentativas para a viabilidade de uma real sociedade política mundial.

Embora raciocinemos no modelo nacional, há muitos séculos a economia das nações já superou a idéia de nação-Estado, ou Estado-nação, para se lançar no mercado mundial. Para PERROUX o século XIX foi fecundo em novas e grandes combinações privadas de alcance nacional.

(15) FRANK, André Gunder — "Vive L'entreprise Transidéologique!" *Diogenes*, Paris, 1977.

(16) POULANTZAS, Nicos — "La Crise des Partis." In: *Le Monde Diplomatique*. Paris, n.º 306, setembro 1979, p. 28.

(17) MARITAIN, Jacques — *L'Homme et l'Etat*. Paris, P.U.F., 1953, p. 186.

As contradições existem na realidade econômica; no poder vivido pelas empresas transnacionais, o intercâmbio fértil de experiências é ainda uma utopia.

Os elementos de mudança têm sua origem na tecnologia aceita por todos de modo incontestado. Mesmo quando criticada, esta é elaborada "tecnologicamente". MARSHALL McLUHAN intuiu o sentido global da revolução da tecnologia em nossos dias. Todas as regiões não industrializadas, tais como a China, Índia e África, estão avançando aceleradamente por meio da tecnologia elétrica. Isso perturba os conceitos tradicionais de poder, pois esses países "atrasados" são tribais no sentido mais nobre do termo. Isso quer dizer que eles jamais tiveram um século XIX. Entraram no século XX com seus sistemas de relações, e tal não é outra a tarefa que foi, por bem ou por mal, adstrita ao Estado. Este era a parte **especializada** nos interesses do todo. JACQUES MARRITAIN vai comentar, como sendo "coisa notável, o próprio nome Estado", que "não veio aparecer senão no curso da história moderna: a noção de Estado continha-se implicitamente no antigo conceito de cidade (**polis, civitas**, que significava essencialmente corpo político), e mais ainda no conceito romano de império. Nunca foi esta idéia explicitada na Antigüidade... O desenvolvimento normal do Estado constituindo em si mesmo progresso sadio e autêntico, ao lado do surgimento da falsa concepção absolutista, tanto no sentido jurídico e filosófico, produziram-se simultaneamente.

A publicidade cumpre missão mais vasta. As novas técnicas de consumo economizam a repressão. GANDHI já alertava para os perigos da tecnologia do poder que vinha através do uso das máquinas de fiar. A adoção dessa técnica era o aceite passivo de um novo modo de ser. Assistimos, atualmente, ao fascínio da China pela adoção da tecnologia de ponta dos ocidentais. Em termos de estratégia, muitas seriam as perguntas pela estabilidade política da comunidade chinesa após ter sido exposta à linguagem sussurrante e convincente do exército mais poderoso dos nossos dias: os bens da sociedade de consumo. Sua força reside em sua absoluta inutilidade, daí a sua aparente inocência. A grande luta não é a de se convencerem milhares, milhões de seres humanos a comprarem tantas engenhocas. É exatamente a luta para não comprarem. A volúpia dos países em comprarem, em investirem milhões de dólares preciosos para a saúde de tantos milhões, não em remédios ou complexos industriais, mas em quinilharias, em novos modelos de automóveis.

A visita a qualquer "shopping-center" é a confirmação da exposição permanente de inutilidades dispostas com engenho e arte. E, para manter o fluxo constante de produtos oníricos, complexos jogos de poder e intervenções são elaborados em quase todos os centros de poder. Já se falou na economia de "underground", que prospera mesmo nos países industrializados. Esta economia caracteriza-se pela evasão sistemática de impostos e taxas. Numa pesquisa feita pela Brookings Institution, em 1978, a economia americana "subterrânea" chegou a sonegar aproximadamente 220 bilhões de dólares, pouco mais de 10% do PNB americano.

Tais são os artifícios para que o exército de consumo continue a operar em escala mundial <sup>(18)</sup>.

Convém abordar aqui a falsa idéia da soberania comercial dos Estados e a atitude dos juristas desorientados pela prática internacional cotidiana que dispensa os instrumentos convencionais clássicos, tanto do direito internacional público quanto do direito comercial, e se submetem a decisões rápidas, todas rotuladas de **contratos**, mas que não passam de arranjos simplesmente informais e que lesam, diariamente, os respectivos fiscos dos Estados pobres em alguns milhões de dólares <sup>(19)</sup>.

VELLAS critica a "tripolarização" das relações comerciais internacionais, entre a Comunidade Européia, os Estados Unidos e o Japão, que absorvem 60% do fluxo do comércio internacional, dificultando ainda mais o acesso dos países subdesenvolvidos aos mercados privilegiados. As empresas transnacionais, por hábeis integrações verticais e horizontais, vão estrangular definitivamente as perspectivas de desenvolvimento das exportações dos Estados pobres.

A idéia central do que prevaleceria no estabelecimento de um conceito de desenvolvimento mais próximo da realidade deve ser buscada em termos de elevar os níveis de vida, providenciando para todos os países um mínimo tolerável de sobrevivência. Muito mais do que tentar separar o fosso que separa países ricos de países pobres. Como os Estados mais desenvolvidos cuidam de suas minorias desfavorecidas, a sociedade internacional deveria cuidar daqueles Estados cujos níveis de "segurança social" estivessem abaixo de determinado nível, considerado insuficiente. Mesmo que desigualdades bem grandes existam, que haja o estabelecimento do mínimo padrão de vida, que haja um pouco, um mínimo de esperança nos porões da humanidade, como já disse o teólogo CARLOS MESTERS <sup>(20)</sup>.

Assim como TEILHARD DE CHARDIN nos descreve a noosfera <sup>(21)</sup>, que se caracterizou pela intensidade de uma memória coletiva formada por experiências acumuladas a nível consciente e transmitidas por esforço educativo, simultaneidade de informação e convergência de racionalidades, KENNETH BOULDING vai ajuntar a idéia de "econosfera". BOULDING percebeu a simultaneidade econômica das regiões planetárias definida pela racionalidade, necessidades e conhecimento dos participantes da humanidade atual. O famoso economista vai mesmo insistir nessa consciência **econosférica**, uma provável superação parcial das ideologias vigentes.

O trabalho desempenhado pelas agências especializadas das Nações Unidas teve como característica principal o levantamento da pobreza

(18) Ver SILK, Leonard — "The Hidden Economy", artigo publicado em *The New York Times*, 22-4-1978.

(19) VELLAS, P. — "Problèmes Récents du Commerce International." In: *Annales de l'Université de Sciences Sociales de Toulouse*, Toulouse, n.º 20 (1/2), 1972.

(20) Ver especialmente BOULDING, Kenneth E. — "The Concept of World Interest". In: FALK, Richard & MENDLOVITZ, Saul. *Disarmament and Economic Development*. New York, World Law Fund, 1966.

(21) CHARDIN, Pierre Teilhard de — *L'Avenir de l'Homme*. Paris, Seuil, 1959, p. 167, "la planétisation humaine", v. 5.

em escala mundial. A expressão "países subdesenvolvidos" liga-se intimamente ao trabalho desenrolado pelas agências das Nações Unidas.

Essa consciência atual das desigualdades entre os diversos Estados, esse *fundo comum perceptivo* das mazelas em escala planetária, é a grande conquista da Organização das Nações Unidas numa atividade verdadeiramente global. O reconhecimento da identidade de problemas e a similaridade de índices adotados por Estados, herdeiros de culturas bastante diversificadas, é fato recente e encorajador. Numa análise histórica comparada, ressalta a originalidade das estruturas vividas pela Europa, nos últimos quatro séculos. Por efeito de acúmulo de experiências vividas, o passado grandioso da maioria dos Estados hoje classificados como "subdesenvolvidos" vai influir no presente em termos de recursos alocados à busca de soluções originais ativadas e ampliadas pelos benefícios do pensamento tecnológico atual. Por pensamento tecnológico atual deve ser compreendido o controle da matéria realizado a níveis de precisão cada vez maior.

Se por um lado vivemos o início de possibilidades reais de mudanças efetivas na estrutura econômica planetária em termos de melhorias de padrões de vida, por outro devemos reconhecer a sobrevivência de comportamentos individualistas e agressivos que chegam a comprometer a vitalidade de uma revolução do desenvolvimento. O comportamento das camadas sociais que já atingiram níveis plenamente satisfatórios de vida é ameaça à sobrevivência de outras tantas faixas populacionais que ainda não chegaram a atingir níveis toleráveis de sobrevivência. Convém notar que "as modas de consumo imitativas das classes dominantes da periferia têm conseqüências mortais, pois se impõem como modas dominantes das classes médias e pobres, das quais destroem, por sua vez, as modas de consumo próprias, materiais e culturais, proporcionando o seu empobrecimento, sua deculturação e miséria" (22).

JEAN ZIEGLER alerta-nos para os riscos da dependência econômica que operou um sistema de substituição de modos tradicionais de vida por um saber cultural etnocêntrico, conseqüentemente o reflexo de alguns valores localizados. Tais valores propagados pelas empresas transnacionais em pretensos valores universais, apoiados pelo dinheiro e pelas armas, mantêm formas arcaicas de dominação. O paradoxo é a complexidade tecnológica dos meios de domínio postos a serviço de objetivos superados, pois ignoram princípios elementares, tais como a dignidade do ser humano. Lutando por conquistas de mercados planetários, ao mesmo tempo que utilizam estruturas que seriam a redenção da miséria, estes mesmos mecanismos de dominação impõem a desonra, a miséria e o desequilíbrio entre os Estados pobres.

Oscilamos entre os meios materiais, que, se usados racionalmente, erradicariam a miséria da face do planeta, e estruturas de dominação que tendem a agravar e empobrecer ainda mais os miseráveis. A superexploração do trabalho humano e dos recursos constituem os erros funda-

(22) ZIEGLER, Jean — *A Suíça Acima de Qualquer Suspeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 23.

mentais de um sistema despótico inteiramente novo: o mito da empresa global (23).

GUNNAR MYRDAL (24) coloca a idéia de "desenvolvimento" no sentido de se sair da pobreza, pois a idéia de desenvolvimento é ambígua. Com efeito, a indeterminação do conceito de "subdesenvolvimento" traduz-se na impossibilidade de se definir o que seja prosperidade. Porém, a compreensão das várias culturas em seu significado existencial auxiliará muito o conceito de desenvolvimento. JACQUES AUSTRUY (25) chama atenção para a diferença imensa que existe entre os níveis de aspiração nas diversas culturas. Partirmos dos níveis aspirados por países ricos, e daí estabelecermos os critérios de **bem-estar** e de **pobreza** é falsear o problema.

Pela leitura dos inúmeros relatórios da UNCTAD, FAO, CEFAL, já se sabe muito bem que as diferenças atuais entre os países não serão anuladas ou mesmo diminuídas, pelo menos durante o século XXI. O que deve ser colocado é em que termos poderá ser dimensionada uma economia que permita níveis de vida toleráveis para os habitantes do planeta. Não se trata de decolagem (ROSTOW) ou de industrialização (BOULDING) ou aumento do PNB a níveis ótimos. Trata-se de adequar todas as economias a níveis de racionalidade, proporcionalidade e equanimidade.

O emprego do vocábulo "racionalidade" implica necessariamente num **caveat**, pois no próprio conceito de racionalidade jaz um aspecto de dominação (26).

No conceito de **racionalidade**, convém meditar com SERTILLANGES (27), que, juntamente com o conceito de **verdade**, ambos significam **proporcionalidade**. O sentimento da natureza e de suas riquezas insondáveis não penetra senão gradualmente o espírito humano. Na euforia da descoberta, estamos sempre tendendo a exagerar aquilo que foi conquistado. Conseqüentemente, cumpre a cada época descobrir sua proporcionalidade dos meios tendo em vista os fins.

(23) JEAN ZIEGLER descreve com clareza os aspectos negativos do desenvolvimento atual: "Contra o êxodo de capitais organizado pelas classes ricas de países pobres, esses próprios países são praticamente desarmados, porque são geralmente seus próprios dirigentes que operam essas transferências. O dinheiro é o sangue dos pobres, dizia LÉON BLOY. Jamais esta evidência foi tão verdadeira desde que aplicada a certo sistema bancário, o qual, com a mais-valia tirada de homens esfomeados, acumula inacreditáveis tesouros nos mausoléus suíços da finança internacional". ZIEGLER, Jean, *op. cit.*, p. 46.

(24) MYRDAL, Gunnar — *Asian Drama — An Inquiry into the Poverty of Nations*. Clinto Mass., Penguin Books, 1968, 3vs., v. 1, p. 118.

(25) AUSTRUY, Jacques — *Le Scandale du Développement*. Paris, Marcel Rivière, 1965, "Le développement est scandale, car il est création. L'inouï et l'inconnu tourmentent la raison qui ne peut les réduire" (p. 297).

(26) Num trecho significativo, Habermas comenta que "MAX WEBER introduziu o conceito de racionalidade a fim de determinar a forma de atividade econômica capitalista, das relações de direito privado (...) ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional. (HABERMAS, Jürgen — "Técnica e Ciência enquanto Ideologia." In: *Textos Escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, v. 48, p. 303.)

Mas, em MARCUSE, Herbert — *Razão e Revolução*, trad. M. Barroso, Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 218, há a colocação correta de outro conceito de racionalidade: "O pensamento é o veículo deste processo. Os indivíduos se tornam conscientes das próprias potencialidades e organizam suas relações de acordo com a razão (grito meu). Uma nação composta de tais indivíduos aprendeu o princípio de sua vida, a ciência de suas leis, direito e moral, e organizou, conscientemente, o Estado".

(27) SERTILLANGES, A. D. — *La Philosophie de Saint Thomas d'Aquin*. Paris, Aubier, 1940.